

# Justiça e misericórdia na Bíblia hebraica

ARMINDO DOS SANTOS VAZ

Universidade Católica Portuguesa (UCP), Lisboa

## Introdução: o vocabulário da «justiça»

“Justiça” é uma das ideias centrais de toda a Bíblia hebraica, onde abundam paralelos, especificações e contextos matizados. Tem vários matices na nossa língua, como o que chamaríamos justiça distributiva, retributiva, vindicativa, justiça social, direitos humanos. Em alguns contextos não se distingue muito da misericórdia e do amor: é um aspecto de ambos. Mais do que a frequência com que sai a palavra – só a raiz *šdq* (como verbo, adjectivo e substantivo) aparece 523 vezes – importa a vontade de justiça que se faz sentir em toda a revelação bíblica. Assim entramos *in medias res*, nesta despretenhosa comunicação que dedicamos com amizade ao caro Prof. Doutor Samuel Saul Rodrigues.

Na Bíblia hebraica o conceito de *justiça* dizia-se essencialmente com os substantivos *mišpāṭ*, *šedeq* [שֶׁדֶק] e *šedāqāh* [שֶׁדָּאָה]. *Mišpāṭ* significa “juízo”, “sentença judicial”, “lei” enquanto “direito” objectivo, “veredicto”, “decreto”, “ordem”. Os substantivos *šedeq* e *šedāqāh* têm a mesma raiz. Parecendo sinónimos, poderiam considerar-se distintos entre si: *šedeq* refere-se

à “justiça” enquanto ordem criada, num todo bem integrado e harmonioso nas suas várias componentes, ordenador das justas relações entre os homens; *ṣēdāqāh* diz “justiça, rectidão” enquanto comportamento justo e recto conforme a essa ordem, enquanto “acção salvadora”. Autores recentes pensam que *ṣedeq* e *ṣēdāqāh* têm substancialmente o mesmo sentido: tanto um como o outro poderiam significar “ordem, rectidão, justiça, comportamento justo, acção salvadora”<sup>1</sup>. “Direito” (*mišpat*) é a ordem de direitos e de exigências que pertence a uma determinada relação e também a acção para manter a pessoa nesses direitos mediante decisões legais justas<sup>2</sup>. *Ṣedeq* e *ṣēdāqāh*, coordenados em par com *mišpāt*, formam uma hendíadis, designando a ordem estabelecida por Deus na comunidade de Israel e que as pessoas deveriam seguir para se comportarem correctamente. Impressiona o número de vezes em que duas destas três palavras surgem em binómio, sugerindo que cada uma delas complementa a outra.

O apelo a um comportamento ético na vida, especialmente pela prática da justiça, da rectidão, da autenticidade e da verdade, assentava em Israel na ideia de que o ser humano, fazendo o bem e fugindo do mal (praticando a *ṣēdāqāh*), estava a reverberar no mundo a *ṣedeq*, a “justa ordem” estabelecida por Deus na criação do cosmo e do ser humano, segundo um plano de harmonia entre todos os seres. A *ṣedeq* pensava-se como uma força cósmica envolvente, ordenadora das justas relações entre os homens; estas justas relações eram a *ṣēdāqāh*, a “justiça” entre os humanos, que harmonizava a vida com a *justa* ordem criada ou com um plano divino universal. Pelo contrário, violar os princípios éticos era atentar contra o sentido incorporado por Deus no mundo, considerado como criado por Ele<sup>3</sup>.

Essa ideia da ordem cósmica e a definição das funções de todos os seres estabelecida pela divindade criadora “no princípio” de tudo, Israel herdou da cultura e religiosidade do antigo Próximo Oriente: no antigo Egipto era expressa pelo complexo e central conceito de *maet* e na Mesopotâmia, pelo conceito sumério dos *me*, só em parte análogo.

<sup>1</sup> Cf. K. KOCH, “Ṣdq”, *Diccionario teológico manual del Antiguo Testamento*, II (eds. E. JENNI, C. WESTERMANN) (Cristiandad; Madrid 1985) 639-668; B. JOHNSON, “*ṣedeq; ṣēdāqāh; ṣaddiq*”, *Theological Dictionary of the Old Testament*, XII (eds. G.J. BOTTERWECK, H. RINGGREN, H.-J. FABRY) (Eerdmans; Grand Rapids, MI – Cambridge, U.K. 2003) 243-264.

<sup>2</sup> Cf. P. BOVATI, *Ristabilire la giustizia* (Analecta biblica 110; Pontificio Istituto Biblico; Roma 1986) 149-196.

<sup>3</sup> Cf. H.H. SCHMID, *Gerechtigkeit als Weltordnung*. Hintergrund und Geschichte des alttestamentlichen Gerechtigkeitsbegriffes (Beiträge zur historischen Theologie 40; Tübingen 1968) 66-77; H.H. SCHMID, *Wesen und Geschichte der Weisheit*. Eine Untersuchung zur altorientalischen und israelitischen Weisheitsliteratur (BZAW 101; Berlin 1966) 115-118.

Entre os vários campos de significado, *Maet* designava a deusa egípcia (filha do deus Sol, Re) da verdade e da justiça. Unia intimamente *agir humano* e *acção cósmica*. Nesse sentido, poderia descrever-se como “verdade, justiça, ordem cósmica”: a rectidão, a justa condição na natureza e na sociedade, estabelecida no acto da criação<sup>4</sup>. A *maet* é a ordem da criação imanente ao mundo, segundo a qual o ser humano se deve orientar e que ele deve realizar em cada acção ordenada. Mais: a ideia da *maet* está ancorada mais na ordem social e ética e o seu significado nuclear tem mais a ver com a justiça do que com a ordem cósmica. A *maet* é o fundamento duma ética ou da ordenada relação do ser humano com tudo o que ele tem de ser e fazer<sup>5</sup>.

Na *Mesopotâmia* encontramos o conceito sumério dos *me*, só em parte análogo. Os diversos *me* eram um complexo sistema de ordenações, que governavam imutavelmente toda a actividade humana; os *me* eram fundamento, configuração e fonte de conhecimento de tudo o que estruturava a sociedade humana: a ordem e organização cósmica, política e ética da terra<sup>6</sup>.

As três palavras *mišpāt*, *šedeq* e *šedāqāh* aparecem frequentemente em contexto de justiça salvadora, que inclui uma acção de amor gratuito e de misericórdia benfeitora. É importante notar que as três palavras aparecem frequentemente em paralelo com conceitos associados à aliança de Deus com Israel, como *hesed* (“bondade, misericórdia, amor”) e *’emet* (“verdade, fidelidade”)<sup>7</sup>. Estas ligações fazem sobressair em *mišpāt*, *šedeq* e *šedāqāh* o sentido de uma atitude de bondade social activa, sempre disposta a atender à necessidade do outro e a promover o seu bem: apontam para uma bondade generosa, fiável e fiel. Portanto, o seu significado vai para além da justiça estrita; é uma justiça libertadora; refere-se ao melhoramento das condições do necessitado na sociedade, melhoramento que, no plano do governo, se manifesta por medidas legais, adequadas ao fim em vista.

<sup>4</sup> Cf. S. MORENZ, *Ägyptische Religion* (Stuttgart 1960) 120.

<sup>5</sup> Cf. J. ASSMANN, *Ma’at*. Gerechtigkeit und Unsterblichkeit im Alten Ägypten (C.H. Beck; München 1990) 15-39; E. HORNING, *Der Eine und die Vielen*. Ägyptische Gottesvorstellungen (Wissenschaftliche Buchgesellschaft; Darmstadt 1993) 65-67 e passim; L.M. de ARAÚJO, “MAET”, *Dicionário do antigo Egipto* (dir. L.M. de ARAÚJO) (Caminho; Lisboa 2001) 524-536.

<sup>6</sup> Cf. H. RINGGREN, *Die Religionen des Alten Orients* (ATD Ergänzungsreihe; Vandenhoeck & Ruprecht; Göttingen 1979) 81-87; H. RINGGREN, “*šedeq*; *šedāqāh*; *šaddiq*”, *Theological Dictionary of the Old Testament*, XII (eds. G.J. BOTTERWECK, H. RINGGREN, H.-J. FABRY) (Eerdmans; Grand Rapids, MI – Cambridge, U.K. 2003) 239-243.

<sup>7</sup> Por exemplo, em Sl 89,15; 33,4-5; 37,28; Jer 9,23. Em Os 2,21-22; Jer 16,15; e Zac 7,9 ainda se associa a palavra *rahamim*, “compaixão”.

## A justiça que salva nos Salmos

O conceito de justiça, enquanto ordem estabelecida no mundo pelo poder da vontade do Criador, está abundantemente representado na literatura sapiencial bíblica. A fé do justo dizia-lhe que a sua vida não era determinada por regras terrenas mas pela misteriosa razão/*logos* cósmica, obra de Deus. Tarefa do sábio era descobrir a atitude justa a tomar em cada situação, pois certas realidades têm valor diferente segundo o tempo em que se apresentam ao ser humano: são polivalentes (Sl 33,14). Justo era quem aprendia a difícil arte de escolher a rectidão na ambiguidade, complexidade e contraditoriedade das coisas.

Particularmente no livro dos salmos, que sobressai em toda a Bíblia hebraica pela frequência com que relaciona a justiça com os pobres (139 vezes), além da ideia de *ordem* a justiça contém geralmente um aspecto dinâmico: indica uma acção que se conforma à ordem estabelecida, seja dando ao outro o que lhe corresponde, seja restaurando-o na sua devida dignidade. Neste sentido, a justiça não estava já feita: era realizada por acção divina e por comportamento humano.

Assim, diz-se nos Sl 35,5 e 99,4 que Deus ama o *mišpāṭ* e a *šedāqāh*, isto é, a ordem estabelecida no mundo e posta em acção no povo eleito. Consequentemente, os que praticam o *mišpāṭ* e a *šedāqāh* são abençoados por Deus (Sl 106,3). O orante do Sl 72,1-2 pede:

Concede, ó Deus, o teu juízo [*mišpāṭ*] ao rei  
E a justiça [*šedāqāh*: sentido da ordem divinamente estabelecida] ao filho do rei,  
Para que governe/julgue o teu povo com justiça [*šedeq*]  
E os teus humildes/pobres com rectidão [*mišpāṭ*].  
Os montes produzam paz/prosperidade  
E as colinas, justiça [*šedāqāh*] para o teu povo.

O Sl 119,142 faz uma ligação directa entre a *šedeq* e a *šedāqāh*:

A tua *šedāqāh* é *šedeq* [a tua justiça é ordem, ou é justa].

Noutros versículos do mesmo salmo diz-se que:

Os teus decretos [*mišpāṭîm*] são *šedeq* [são a ordem que Ele estabeleceu] (v. 75).

A conexão da *šedeq* e da *šedāqāh* com a acção divina salvífica aparece em muitos salmos. O salmista do Sl 40 reza:

Proclamei a tua justiça [*šedeq*] perante a grande assembleia.  
Não fechei os meus lábios, Yahvé, tu o sabes.  
Não ocultei a tua justiça [*šedāqāh*] no meu coração.  
Falei da tua fidelidade [*’emûnāh*] e salvação.  
Nunca ocultei a tua bondade [*hesed*] e a tua fidelidade [*’emet*] à grande assembleia (10-11).

Aqui o orante fala da justiça de Deus como expressão da sua bondade amorosa e permanente, da sua misericórdia [*hesed*], e como manifestação da sua fidelidade [*’emet*] à ordem por Ele estabelecida para bem da sua comunidade humana.

Reflectindo a mesma ideia, o salmista medita:

A palavra de Yahvé é recta  
Todas as suas obras provam a sua fidelidade.  
Ele ama a equidade [*mišpāṭ*] e a justiça [*šedāqāh*],  
A sua misericórdia [*hesed*] enche a terra (33,4-5).

O Sl 22 testemunha que é característico de Yahvé exercer a justiça salvífica a favor do pobre e do aflito. É uma boa nova que se anunciará às gerações futuras:

Contará a sua justiça [*šedāqāh*] ao povo por nascer, dizendo: assim actuou o Yahvé.

A concepção hebraica da *justiça* não se baseia na concordância das acções humanas com certas normas jurídicas de carácter absoluto, mas num comportamento adequado dentro de uma relação bilateral. O qualificativo «justa» reconheceu gostosamente a Lei como um princípio de orientação da vida quotidiana. Assim, no juízo das relações meramente humanas não

se diz que se castiga justamente o culpável; o que se diz é que se faz justiça ao justo e se condena o culpável (Dt 25,1).

A partir do exílio, os textos falam abundantemente da justiça do ser humano diante de Deus. Quando o salmista reclama para si um juízo “justo”, baseia-se naquela pertença ao povo, que Yahvé tornou participante da sua justiça salvadora. Esporadicamente, diz-se também que diante de Deus a própria justiça carece de valor e só se deve confiar na sua misericórdia.

## A justiça e os profetas de Israel

Os profetas bíblicos apuraram muito o sentido de um Deus vivo e das suas exigências éticas e sociais. Foram os paladinos da justiça social e a consciência moral dos dirigentes do povo. E, quando exigiam justiça ao povo, não ditavam um código de moral; apontavam como exigente a vontade de Deus contemplada pela fé.

No séc. X a.C., no famoso encontro de **Natán** com o rei David, o profeta da corte acusou o rei de ter abusado do poder que Deus lhe dera (2Sm 12,1-15). Julgou-o, não com base na moral correntemente aceite, mas com base na vontade de Deus captada e revelada no contexto da fé de Israel: “Eis o que diz Yahvé”.

No séc. IX a.C. a intervenção do profeta **Elias** na história da vinha de Nabot, assassinado pela corte/tribunal local por mandato do rei Akab, que manipulou a justiça (1Re 21), mostra que o rei pode estar por cima dos tribunais humanos, mas não escapa ao juízo divino. Esta história de injustiça social deixa emergir um significado profundo: quando tudo e todos estão contra a razão do ser humano, ele pode ter a certeza de que há um *logos*/razão superior que está do lado dele e por ele. Essa razão, que cadencia toda a narrativa, exprime-se com o acto de fé do narrador: “A palavra de Yahvé chegou a Elias dizendo...”. É o *logos* que o israelita Paulo de Tarso verá exercido a favor da vítima da injustiça que foi Jesus de Nazaré e de todos os que a ele aderirem pela fé: “Se Deus está por nós, quem estará contra nós?” (Rm 8,31).

No séc. VIII a.C. **Amós** é por excelência o profeta da justiça social. Na restauração dela concentra todas as energias de arauto da vontade Deus. Manifesta reservas e até repúdio pelo culto prestado nos santuários em fes-

tas religiosas. Mas o problema que ele detecta não estava no culto; estava na incoerência abissal entre piedade e relações humanas, entre culto e justiça social. A sua mensagem é: Deus não aceita oferendas de quem não praticar a justiça nas relações humanas. Põe Deus a dizer ao povo:

Odeio e desprezo as festas religiosas que celebrais...

Não quero os holocaustos que ofereceis em minha honra (Am 5,21-22).

Corra a equidade [*mišpāṭ*] como água da fonte,

E a justiça [*šedāqāh*] como torrente que não seca (Am 5,24).

Para Amós, o critério decisivo que marca a autenticidade daquilo que o orante *diz* ao céu é a justiça que ele *faz* na terra. Se o culto é autêntico, o que o orante *diz* ao céu *produz* justiça na terra. O que torna verdadeiro o culto não é só o que o fiel diz ao céu mas a justiça que ele pratica na terra. A falta de justiça e de rectidão era gravíssima, porque a fé bíblica via Israel como tendo sido eleito e libertado para ser modelo de justiça e equidade entre os povos (Am 3,1-2). Ora, Israel violava a justiça tanto como outros povos:

Assim diz Yahvé: vendem o justo por dinheiro  
e o pobre por um par de sandálias (Am 2,6).

Ao fazer este diagnóstico, o profeta avançava como terapêutica um apelo à conversão (5,4.6.14), que acarretasse a prática da justiça e da equidade para com os pobres, e o recto funcionamento dos tribunais, que ditassem sentenças justas (Am 5,7.15.24).

A actualidade de Amós é flagrante. Podemos dizer que, à distância de vinte e oito séculos, «hoje é a hora de Amós».

O contemporâneo profeta **Oseias**, ao pregar a justiça, pregava a fidelidade a um Deus vivo e pessoal, não a um código social escrito. Ele sabia que havia um código escrito, a lei da aliança do Sinai. Mas esse só tinha importância na medida em que orientava uma relação pessoal com Deus, que se concretizava na justiça social comunitária. O fundamental era o bom relacionamento com Deus, que na sua formulação mais ousada usava palavras de amor conjugal entre Deus e o seu povo.

E é precisamente aí, no contexto da metáfora nupcial e da promessa de uma aliança de amor, que Oseias anuncia os esponsais «Deus – povo», com

uma fórmula solene que inclui as duas palavras que exprimiam a «justiça», *šedeq* e *mišpāṭ* em conexão com *hesed*: “desposar-te-ei para sempre; desposar-te-ei a preço de justiça [*šedeq*], direito [*mišpāṭ*], ternura [*hesed*] e compaixão [*rahamîm*]; desposar-te-ei a preço de fidelidade [*’ēmûnāh*]; e tu conhecerás Yahvé” (Os 2,21-22). O esposo, Deus, anula assim a sentença de separação pronunciada no início do processo judicial levantado contra a esposa considerada adúltera (Os 2,4). O preço simbólico do pacto matrimonial, pelo qual o esposo adquiria a sua esposa, é original: é feito de acções de Deus, de atitudes e relações pessoais: justiça e direito, ternura, compaixão e fidelidade<sup>8</sup>.

O que o profeta pede a Israel são essas atitudes. A prática da justiça seria consequência delas. Em Oseias, como noutros profetas, o pecado de Israel contra a justiça era global: consistia numa vida equívoca que provocava a ruptura com Deus. Os actos de injustiça não eram senão esgotos a céu aberto, pelos quais corria a água suja da atitude errada face a Deus. A ausência das três virtudes básicas da aliança (fidelidade, bondade, conhecimento/amor de Deus) tinha como consequência a violação da justiça devida ao necessitado.

Também Oseias é crítico face ao culto. E tem como critério as atitudes básicas da aliança: a bondade/misericórdia (*hesed*) e o conhecimento/amor que tem Deus como objecto: “Quero misericórdia e não sacrifícios, conhecimento de Deus e não holocaustos” (Os 6,6). Desta maneira, Oseias complementa Amós, que se concentrava na injustiça social como comportamento incompatível com o verdadeiro culto. Oseias aprofunda mais as disposições interiores necessárias para um culto aceitável. São as disposições que dimanam do fundo do ser humano a respeito de Deus e do próximo e empenham toda a vida da pessoa.

O Deus de Oseias é o Deus de uma aliança com conteúdo novo, embora não use a expressão «nova aliança», como fará Jeremias. O Deus desta

<sup>8</sup> *Hesed* é amor, amabilidade, misericórdia, ternura, benevolência...; é uma atitude de aceitação e benevolência activa, que fundamenta e mantém uma relação espontânea, amigável, fraterna ou amorosa; no âmbito da aliança de Deus com Israel, é o conjunto de acções com que Deus se diz amar o seu povo por fidelidade à sua aliança; aqui é o comportamento do esposo que favorece a esposa de acordo com as obrigações duma relação reconhecida, a da aliança. “Fidelidade” (*’emunah*) é a confiança e credibilidade divina e a consistência de propósito com que Yahvé se relaciona com Israel (cf. Os 4,1); sublinha a estabilidade e solidez da união conjugal e a constância do amor divino e da comunhão íntima já estabelecida. Cf. A. GELIN, “Fidelité de Dieu, fidélité à Dieu”, *Bible et vie chrétienne* 15 (1956) 38-44.

aliança não é só o esposo irritado que exige a prática da justiça, nem um juiz que dita a pena. É um pai que não pode deixar de amar o seu povo:

Quando Israel era menino, amei-o  
E do Egipto chamei o meu filho.  
Quanto mais os chamava, mais se afastavam de mim...  
Não desafogarei o furor da minha cólera,  
Não voltarei a destruir Efraim,  
Porque sou Deus e não um homem.  
Sou o Santo no meio de ti,  
E não me deixarei levar pela ira (Os 11,1-9).

Por isso, Oseias faz um apelo à conversão, com plena confiança no amor de Deus. Como Amós, também Oseias declara que a conversão autêntica exige a prática da justiça [*šedāqāh*] e da misericórdia [*hesed*] na vida social (Os 10,12; 12,6), que torna possível a ordem [*šedeq*] na comunidade. Ao juntar a bondade à justiça, Oseias sugere que praticar a justiça não é, simplesmente, uma acção impessoal e fria que cumpre normas estabelecidas; é antes uma acção que implica o calor humano do apreço pela pessoa atendida.

O profeta **Isaiás** chama a Deus “o santo de Israel”. Proclama assim a transcendência e o poder envolvente de Deus. Mas a sua santidade implica uma exigência ética declarada, que se manifesta de modo especial na justiça social. Por isso, também é crítico em relação a um culto desligado da prática da justiça social (Is 1,10-17). Essa crítica conclui com nove imperativos que exigem justiça para com os desvalidos:

Lavai-vos, purificai-vos,  
Tirai da frente dos meus olhos  
a malícia das vossas acções.  
Cessai de fazer o mal,  
Aprendeis a fazer o bem.  
Procurai a justiça [*mišpāṭ*],  
Socorrei o oprimido,  
Fazei justiça [*špṭ*] ao órfão,  
Defendei a viúva.

Num engenhoso e alertante jogo de palavras hebraicas, Isaías (5,7) diz que Yahvé

Esperou deles [de Israel e Judá] a justiça [*mišpāṭ*]  
e eis que só há derramamento de sangue [*mišpāh*];  
Esperou a rectidão [*šedeqāh*]  
e eis que só há gritos de lamentação [*šē'āqāh*] [dos despojados das suas terras].

Como Oseias, também Isaías comunica a esperança da restauração. O próprio Yahvé produz na história humana a acção de justiça libertadora que aos homens parece impossível. Referindo-se à nova era da justiça de Deus, o profeta fala do rei:

Estabelecerá o seu trono e o consolidará com o direito e com a justiça (Is 9,6).  
Julgará com justiça [*šāpāṭ bešedeq*] os pobres  
E decidirá com equidade pelos humildes da terra.  
Terá como cinto a justiça [*šedeq*]  
E a fidelidade [*'ēmūnāh*] será a cintura das suas cadeiras (Is 11,4-5).

Com esta perspectiva, o profeta dava alento aos que trabalhavam pela justiça, incitando-os a tornarem-se mediadores de Deus na transformação das situações de injustiça, para que 'se cumprisse' a seguinte utopia:

Vou fazer que os teus juízes sejam como no princípio...  
Depois disso, chamar-te-ão «Cidade de justiça [*šedeq*], Vila leal»<sup>9</sup>.

No profeta **Miqueias** o que aparece em relevo é a articulação do conceito de justiça com o de bondade/misericórdia:

Homem, já te fiz saber o que é bom,  
O que Yahvé quer de ti:  
Que pratiques a justiça [*mišpāṭ*] e ames a bondade [*hesed*] (6,8).

O seu objectivo é defender uma justiça que promova o débil na sociedade.

<sup>9</sup> Is 1,26. Cf. J. JENSEN, *Dimensões éticas dos profetas* (Loyola; S. Paulo 2009) 154-158.

O profeta **Jeremias**, de forma interessante, associa as injustiças dos habitantes de Jerusalém ao abandono do seu Deus, ao facto de ter mudado de deus. Por isto, abandonaram “o caminho de Yahvé, a justiça do seu Deus” (Jer 5,4-5). Queixa-se de que

Há no meu povo malfeteiros  
que armam o laço como caçadores.  
E que caçam? Pessoas!...  
As suas casas estão cheias de fraudes.  
Medram, enriquecem,  
Engordam e prosperam.  
Não julgam com justiça a causa do órfão,  
Nem sentenciam/defendem os direitos dos pobres [*mišpāṭ... lo' šāpāṭû*]  
(Jer 5,26-28).

Alinhando com a tradição profética, também Jeremias critica um culto ritualista, vazio de conteúdo humano e espiritual, incoerente com a moral social praticada. Chega a ameaçar que a sobrevivência do templo e da cidade dependia de “os cidadãos praticarem a justiça [*mišpāṭ*] entre si, não oprimirem o estrangeiro residente, o órfão e a viúva e não derramarem sangue inocente” (Jer 7,5-6). Na sua ousadia profética, apela até à casa real com palavras atribuídas a Deus:

Assim diz Yahvé: Praticai o direito e a justiça [*mišpāṭ ušēdāqāh*], libertai o oprimido das mãos do opressor; e o forasteiro, o órfão e a viúva não atroleis (Jer 22,3).

Estimulando a esperança da restauração da aliança entre Yahvé e Israel, vislumbra a aparição de “um rebento justo de David”, que “praticará o direito e a justiça na terra”; “o nome com que o chamarão é «Yahvé é a nossa justiça»”<sup>10</sup>.

Portanto, nos profetas bíblicos a *justiça* não se põe em termos de posse ou de propriedade, nem se limita a dar o seu a seu dono (conceito ociden-

<sup>10</sup> Jer 23,5-6; 33,15-16. Cf. J.L. SICRE, *Profetismo en Israel* (Verbo divino; Estella 1997) 387-411.424-434; E. NARDONI, *Los que buscan la justicia*. Un estudio de la justicia en el mundo bíblico (Verbo divino; Estella 1997) 109-131.

tal de justiça); caracteriza-se pelo empenho na defesa eficaz do débil, dos ‘humilhados e ofendidos’ da história humana.

## Conceito bíblico de «justiça de Deus»

Até meados do séc. XX, ao falar da «justiça de Deus» pregava-se o Deus da justiça vindicativa, equitativa, distributiva ou retributiva. Então a preocupação das pessoas era granjear méritos, com sacrifícios (entendidos como privações), com duras penitências e mortificações. Assim se pensava e fazia nas famílias aristocráticas e até nos conventos. Teresa de Lisieux faz-se eco destas ideias e formas de vida escrevendo: “pensava nas almas que se oferecem como vítimas à justiça de Deus, para desviarem e atraírem sobre si [quais pára-raios] os castigos reservados aos culpáveis”<sup>11</sup>. Habitualmente opunha-se o Deus justo ao Deus misericordioso (entendendo «Deus justo» como justiceiro e castigador). Esta concepção da «justiça divina» gerou cépticos, agnósticos, ateus, indiferentes.

Ora, o conceito de «justiça de Deus», de que tão frequentemente fala a Bíblia hebraica, não consiste em que Ele *deva* alguma coisa ao ser humano mas naquilo que Ele se deve a si mesmo em vista do bem que quer para o ser humano. A justiça de Deus prolonga a sua verdade e fidelidade: consiste em Ele cumprir os seus compromissos dentro da aliança com o seu povo e em manifestar assim a sua fidelidade à aliança. O que atesta a justiça de Deus é o cumprimento das suas promessas (postas pela fé na sua boca). Deus mostra-se justo manifestando a sua misericórdia e o seu perdão ao necessitado, realizando para com ele as Suas promessas. A sua justiça não se define propriamente por referência a um credor: é fidelidade a si mesmo, fidelidade do seu amor por amor ao ser humano<sup>12</sup>. A sua «justiça» manifesta-se no agir digno d’Ele relativamente ao seu povo, isto é, na sua acção salvífica e libertadora<sup>13</sup>. Quem desejava a libertação invocava a justiça de Deus, isto é, a intervenção divina<sup>14</sup>. Isso explica que em nenhuma passagem da Bíblia hebraica a justiça tenha o sentido de *castigo*.

<sup>11</sup> Manuscrito A 84rº.

<sup>12</sup> Veja sobretudo os Salmos (Sl 102,8) e o Dêutero-Isaías (45,8,21; 51,6,8; 56,1).

<sup>13</sup> Is 45,21; 51,5-6; 56,1; 62,1.

<sup>14</sup> Sl 71,2; 143,11.

Não admira, pois, que Paulo descreva a acção salvadora de Deus em relação a todo o que crê (mesmo do pecador: Rm 4,5; 5,12) como “justiça de Deus” (Rm 1,16), que é na realidade uma reabilitação, justificação, amnistia (assim a traduzem alguns exegetas). Ou seja, ao exercer a sua justiça, Deus não actua como juiz que paga com base numa lei, mas como soberano que concede um indulto com base na sua bondade (Rm 5,21; 8,10). Para Paulo, o cumprimento do que estava prescrito na Lei de Moisés produz uma “rectidão ou justiça” própria, mérito da pessoa<sup>15</sup>, que conduz ao orgulho<sup>16</sup>. A justiça de Deus, longe de ser proporcional aos méritos humanos, manifesta-se pelo facto de Ele “não ter tido em conta os pecados cometidos anteriormente..., para mostrar a sua justiça nos nossos dias, para ser Ele justo e justificador de quem crê em Jesus” (Rm 3,25-26). Portanto, a justiça de Deus ou reabilitação do homem pecador é *devida* só na medida em que Deus se obriga a si próprio a ser fiel ao homem: é gratuita, é graça. Segundo a perspectiva cristã de Paulo, a condição para beneficiar da amnistia de Deus é a fé em Jesus, Ungido de Deus. Não é puramente externa e social: é uma transformação interior que gera atitudes humanas agradáveis a Deus e produtoras de justiça social (Rm 5,1-2). A justiça de Deus é um bem salvífico em si.

## Conclusão

Toda a experiência de fé do Israel bíblico fazia finca-pé na profundíssima captação da identidade entre Deus e a justiça. Há em toda a Bíblia hebraica poucos conceitos tão vinculados a Deus como o de justiça. Para o israelita crente, Deus não existe sem a justiça. Precisamente por isso, a pessoa que ama Deus não pode ser tocada pela injustiça (Sab 2). A tal ponto se dá essa identidade entre Deus e justiça que a palavra «justo» desloca a sua significação da pessoa que pratica a justiça nas relações humanas para a pessoa que está em paz com Deus e que, por isso, não pode ser atingido pelo fracasso ou pelas injustiças humanas.

Porque a realização da justiça sempre acontece no terreno das relações inter-humanas, na Bíblia hebraica aquilo a que chamamos *amor* é parte in-

<sup>15</sup> Rm 10,3; Fl 3,9.

<sup>16</sup> Rm 3,27; leia-se todo 3,21-31; Ef 2,8-9; Fl 3,3-4.

tegrante da justiça, é a alma da justiça. O amor gera a atmosfera e o ambiente em que pode prosperar a justiça. Dá a visão e a consciência daquilo que é justo e dá força para conceder aos outros o que lhe é devido. Podemos dizer que, sem amor, a justiça não consegue viver. Quem quiser alcançar só a justiça não o conseguirá. Para alcançá-la, é preciso pôr a mira mais longe: é necessário o amor. O amor exige a justiça e a justiça não pode prescindir do amor.

Os políticos do nosso tempo beijam quase diariamente a palavra «justiça». Como se a amassem!... Só a ama quem dá o peito às injustiças que se cevam nas relações sociais. Exigir justiça lutando contra a injustiça, com palavras e atitudes proféticas, libertadoras é estar convencido de que só o amor ao ser humano é construtivo e forte. Nessa luta bíblica também entra a oração dos salmistas. O orante que pede justiça divina não luta contra a própria desgraça mas contra o mal feito a seres humanos. A forma de viver segundo a justiça [*ṣedāqāh*] e a bondade [*hesed*] convida a contribuir para a construção de uma ordem planetária [*ṣedeq*], fundada na fidelidade aos valores da justiça.